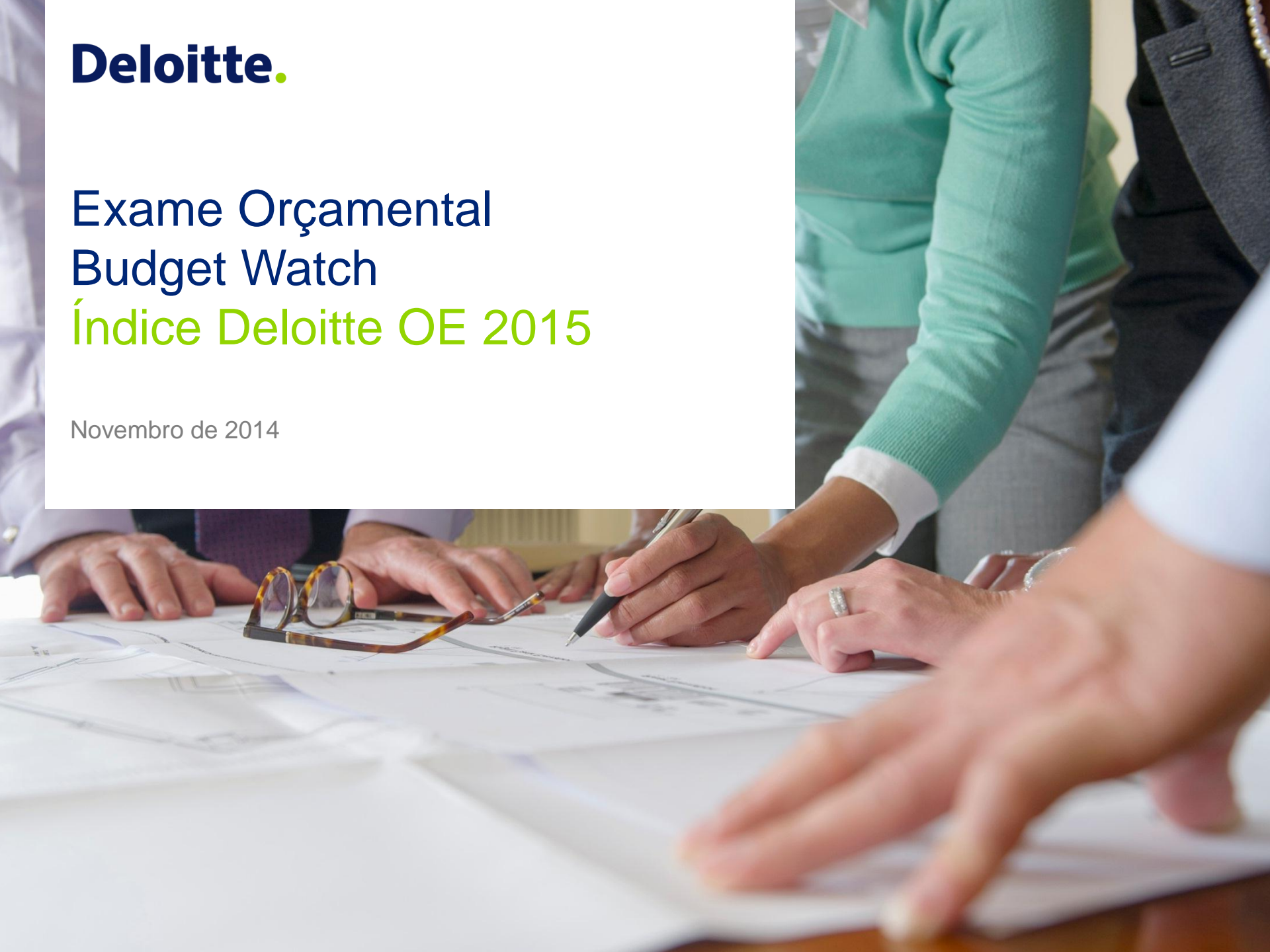


Deloitte.

Exame Orçamental
Budget Watch
Índice Deloitte OE 2015

Novembro de 2014



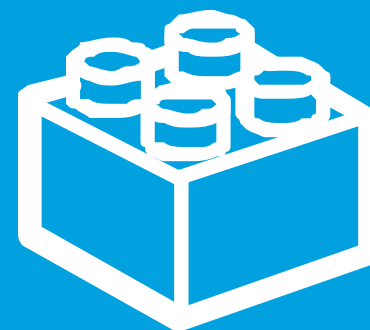
Deloitte Budget Watch

Índice

Introdução	3
Nota metodológica	5
Deloitte Budget Watch Exame Orçamental 2015	7
Dimensões de análise	14
Considerações finais	25
Anexo 1 Nota Técnica	



Introdução



Deloitte Budget Watch

Introdução

O Índice Deloitte Pro-Business visa avaliar a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico, baseando-se num conjunto claro e transparente de informação e avaliação dos princípios orçamentais promotores do crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

A responsabilidade orçamental foi avaliada do ponto de vista do rigor e qualidade da informação prestada sobre as políticas e programas de suporte ao crescimento económico. Selectivamente é apreciada a qualidade dessas políticas e programas, numa perspectiva de apoio ao desenvolvimento e competitividade empresarial, à luz das melhores práticas internacionais de escrutínio da comunidade empresarial sobre a política orçamental proposta.

Foram ainda identificadas também as políticas económicas e sectoriais, reformas institucionais, investimentos públicos e alterações do perfil de despesa e da receita que, na avaliação do Conselho Consultivo Empresarial, possam ajudar à criação e consolidação de estratégias empresariais e económicas que assegurem dinamismo e sustentabilidade económica.

Nota metodológica



Deloitte Budget Watch

Nota metodológica

As 10 dimensões, objecto de apreciação por parte do Conselho Consultivo Empresarial, são as seguintes:

Classificação	Dimensões
A	Estabilidade das políticas macroeconómicas
B	Estabilidade, simplicidade e carga fiscal
C	Limites ao peso absoluto e relativo do Estado
D	Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro
E	Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego
F	Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto
G	Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital
H	Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica
I	Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e know-how) necessários ao crescimento económico
J	Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores

O índice foi calculado com base em informação recolhida junto do Conselho Consultivo Empresarial que se decompõe no Conselho Consultivo Nacional (Empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente nacional) e Estrangeiro (Gestores de empresas de capital maioritariamente estrangeiro a operar em Portugal).

Através do inquérito respondido pelos mesmos, cada uma das 10 dimensões foi avaliada de acordo com uma escala de 0 a 100, onde o valor 0 significa: “medida não satisfatória” e 100, uma “Medida muito positiva para o ambiente empresarial”.

Deloitte Budget Watch Exame Orçamental 2015



Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

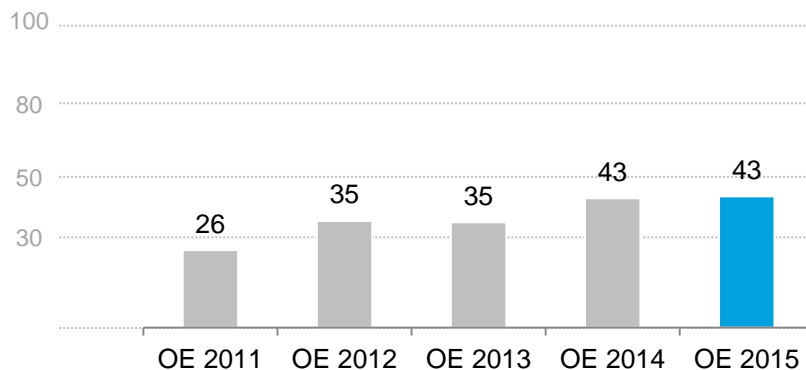
Evolução Exame Orçamental

A avaliação do OE de 2015 comparativamente à do ano anterior, em termos globais, manteve-se idêntica. Nos últimos cinco anos, a apreciação dos empresários às medidas propostas pelo Governo português sofreu uma melhoria significativa entre 2011 e 2012 (ano em que o programa de ajustamento teve início) e entre 2013 e 2014. No entanto, até ao momento, a pontuação final do Índice Deloitte Pro-Business não ultrapassou os 50 pontos, numa escala de 100, em nenhum dos anos em que o inquérito foi realizado.

Ao analisar os resultados observados, e diferenciando entre os empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente português e os de capital maioritariamente estrangeiro, pela primeira vez nesta avaliação, ambos atribuíram pontuações médias idênticas ao OE2015, tendo-se registado, no entanto, um ligeiro decréscimo na avaliação do Conselho Consultivo de empresas estrangeiras. Pode-se concluir que, apesar da avaliação global do orçamento do Estado ainda não atingir o nível de adequado, as expectativas de ambos os grupos estão niveladas, não devido a melhorias no ambiente de negócios mas devido ao decréscimo das expectativas das empresas estrangeiras face ao impacto das medidas propostas pelo Governo português.

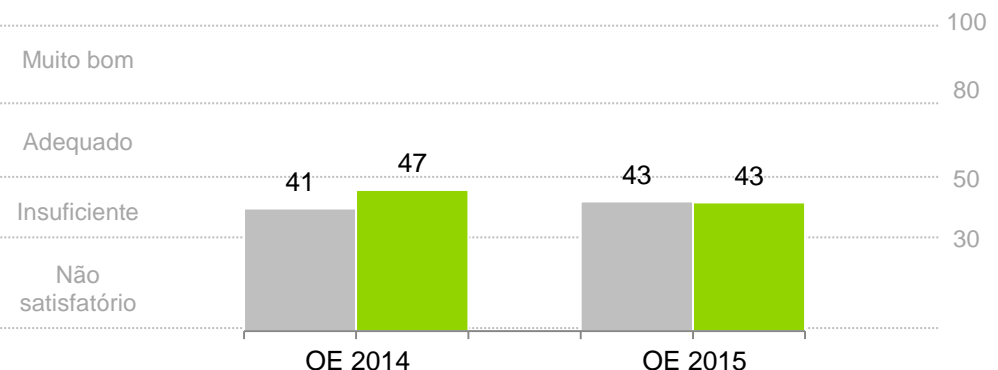
Evolução 5 anos Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



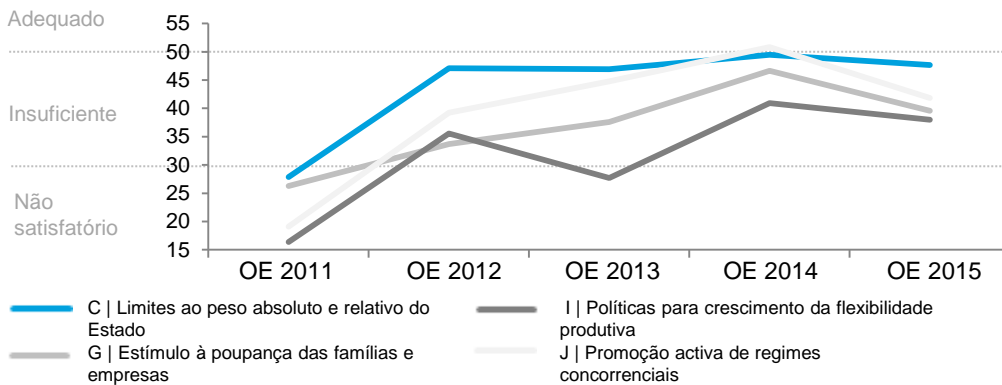
■ Conselho Consultivo Nacional
■ Conselho Consultivo Estrangeiro

Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

Evolução da avaliação das dimensões

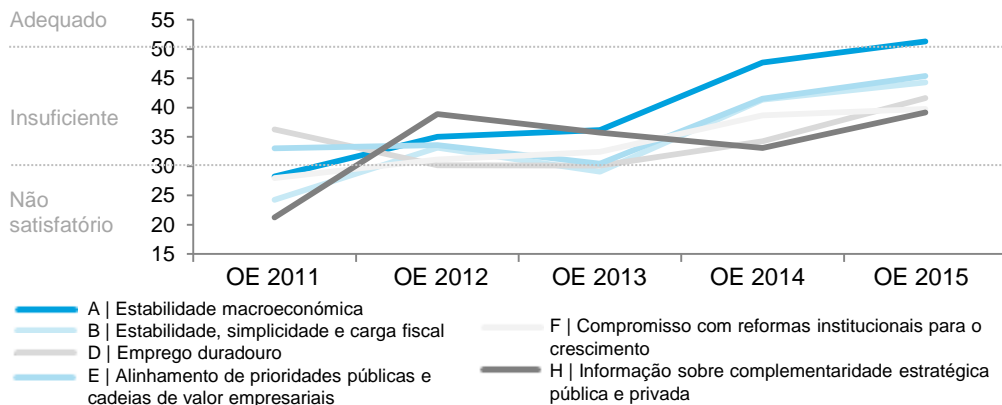
Dimensões de análise com tendência negativa ou estável

Pontuação média anual



Dimensões de análise com tendência positiva

Pontuação média anual



Evolução das dimensões ao longo do período de avaliação do Deloitte Budget Watch – Exame orçamental

Das dez dimensões em avaliação, seis evoluíram positivamente, o que denota uma efectiva melhoria na elaboração e implementação das medidas propostas nos Orçamentos do Estado. Nestas dimensões constatamos subidas entre os 18% e 23% face à pontuação obtida em 2011. Neste grupo estão incluídas as dimensões **Informação sobre complementaridade estratégica pública e privada, Emprego duradouro, Estabilidade macroeconómica, Estabilidade, simplicidade e carga fiscal e Alinhamento das prioridades públicas e cadeias de valor empresariais.**

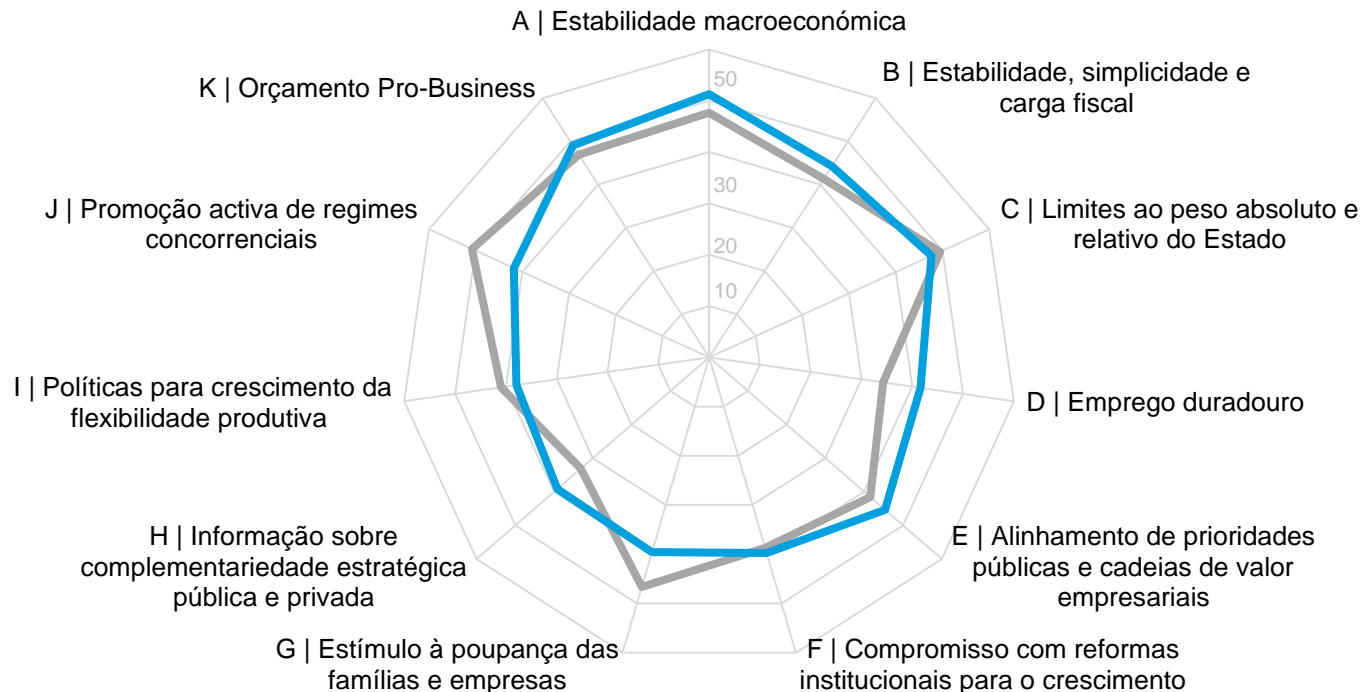
Em suma, 60% das dimensões avaliadas registaram variações positivas na ordem dos 20% no período compreendido entre os OE de 2011 e 2015. No mesmo período, apenas 40% das dimensões avaliadas obtiveram variações negativas, mas com variações pouco significativas em termos percentuais.

Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

Evolução do Exame Orçamental

Índice Deloitte Pro Business por Dimensão – Comparação 2014 -2015

Pontuação média anual



— OE 2014 — OE 2015

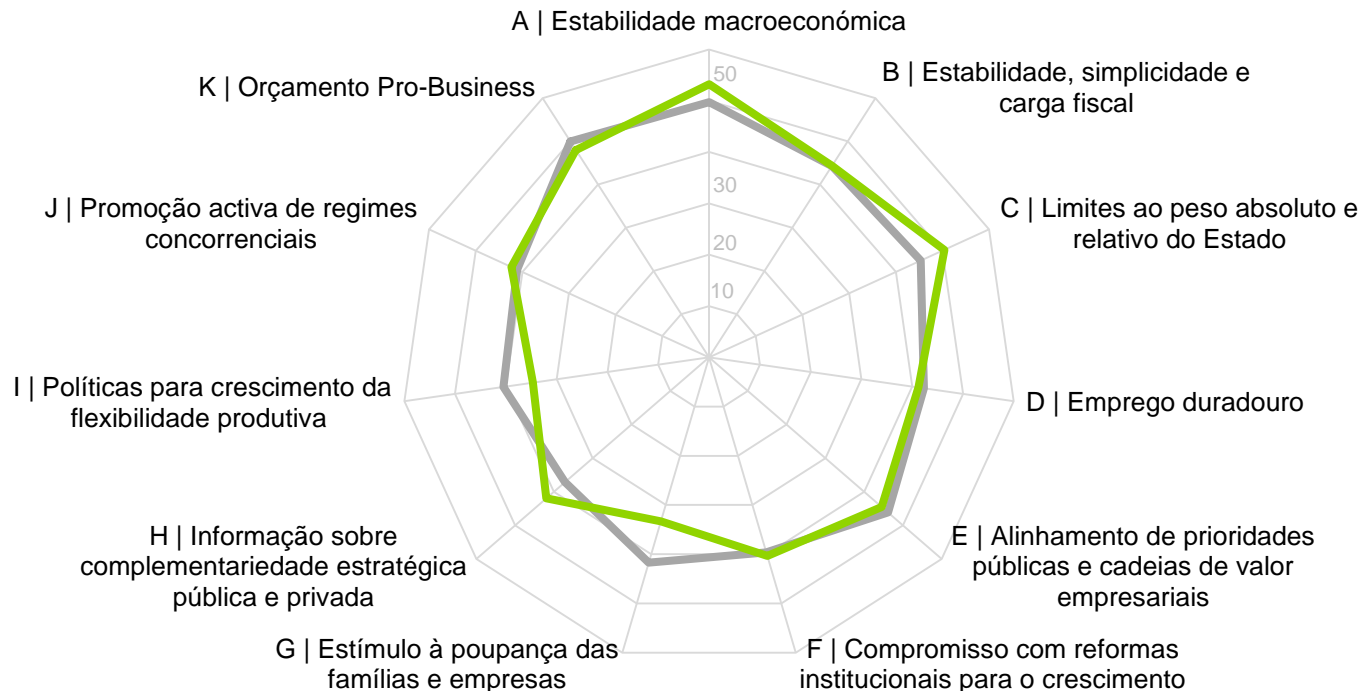
Escala									
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom	
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90 100

Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

Avaliação do Conselho Consultivo em 2015

Avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro - Exame Orçamental de 2015

Pontuação média anual



— Conselho Consultivo Nacional

— Conselho Consultivo Estrangeiro

Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

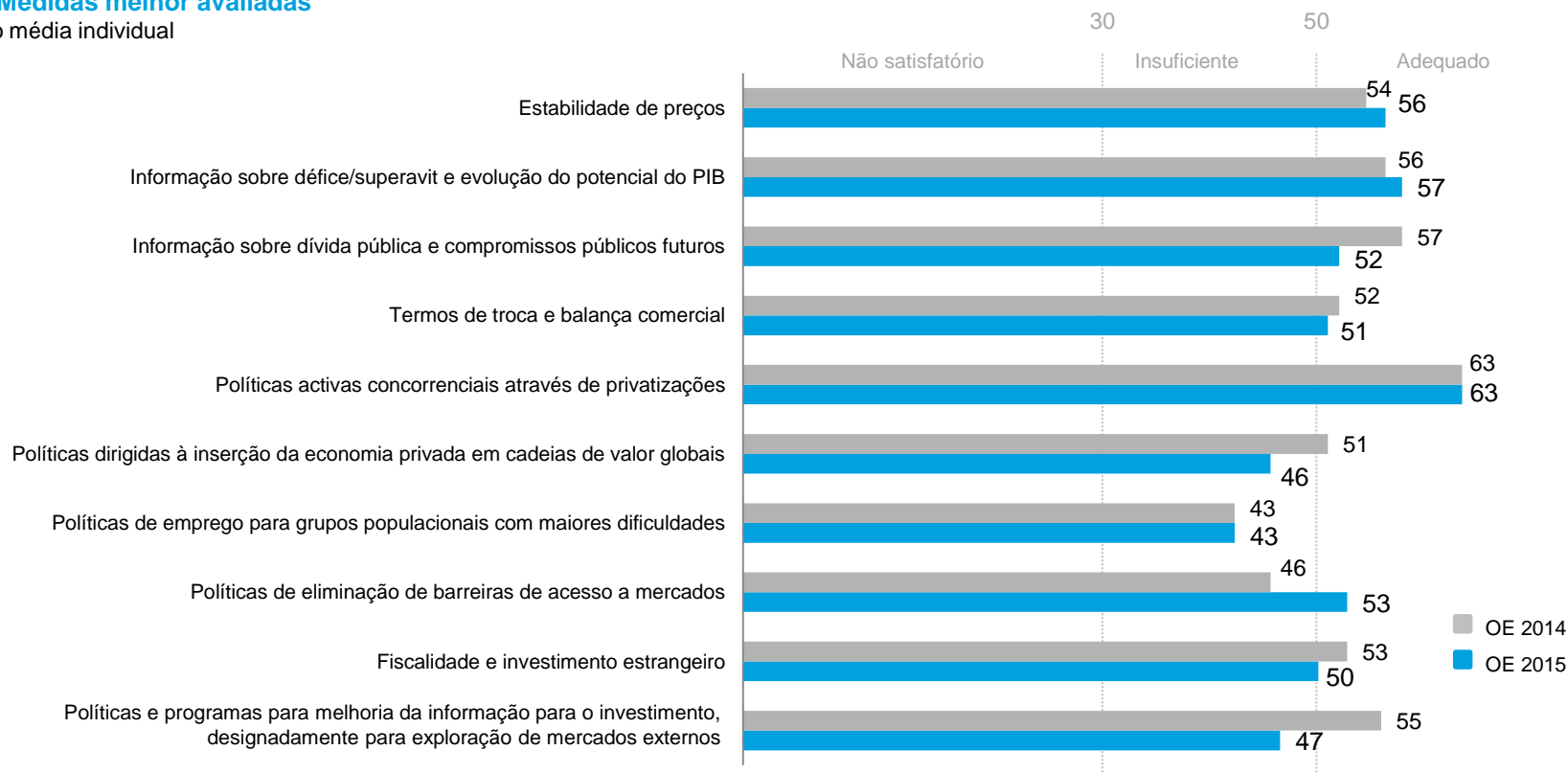
Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

Avaliação individual (1/2)

Em cada uma das dez dimensões de análise foram realizadas um conjunto de questões detalhadas. As medidas melhor avaliadas foram as respeitantes às políticas concorrenciais através de privatizações de grandes empresas, melhoria da informação relativa a contas públicas, estabilização da inflação e informação sobre dívida pública e compromissos futuros.

Top 10 | Medidas melhor avaliadas

Pontuação média individual



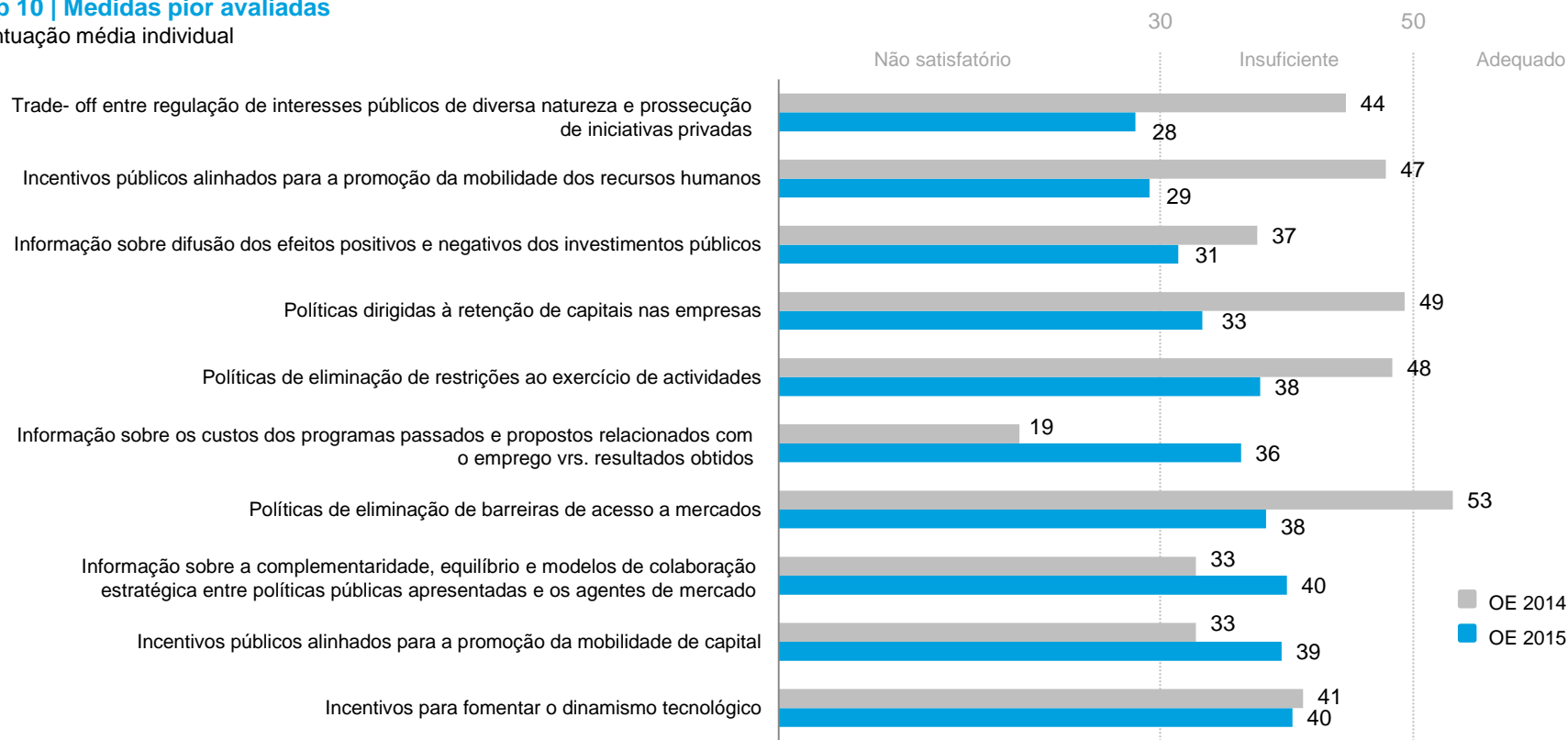
Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2015

Avaliação individual (2/2)

As medidas que estão abaixo das expectativas do sector empresarial respeitam ao *trade-off* entre a regulação de interesses públicos e iniciativas privadas, incentivos públicos para a promoção da mobilidade de recursos humanos e informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos.

Top 10 | Medidas pior avaliadas

Pontuação média individual



Dimensões em Análise

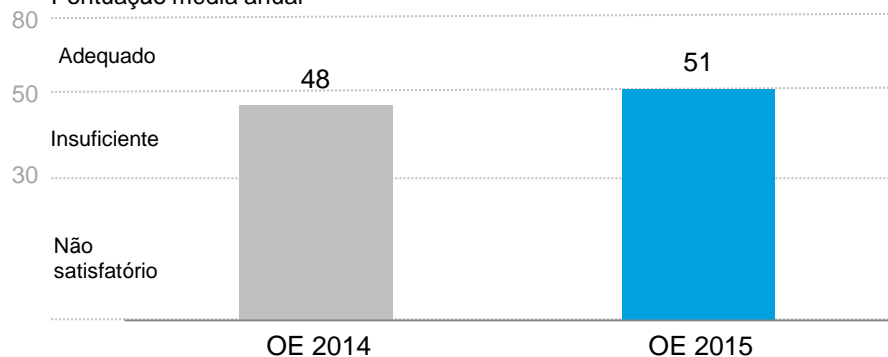


Dimensões em Análise (1/10)

Estabilidade macroeconómica

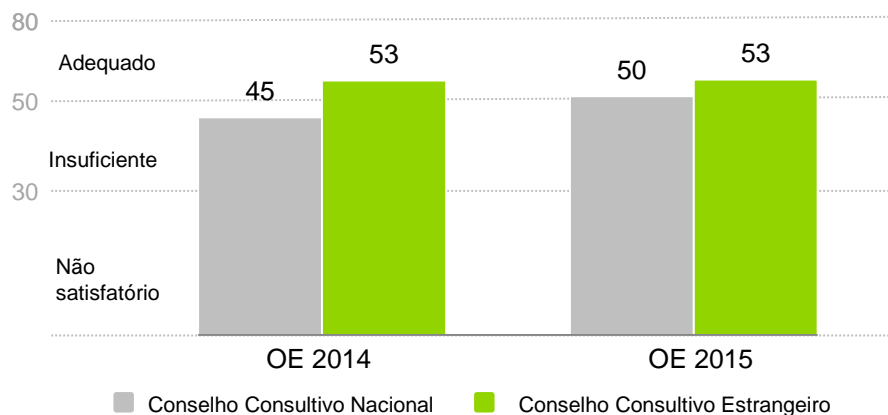
Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



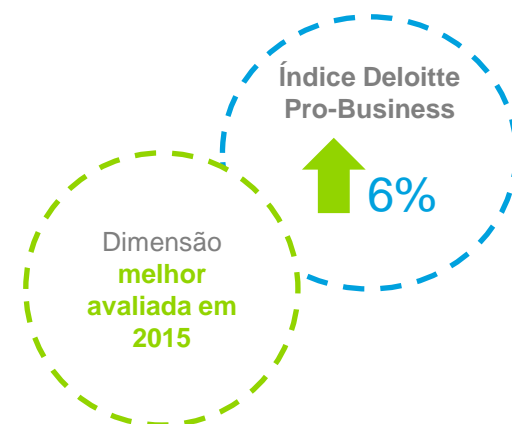
Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



O conceito de estabilidade macroeconómica está intimamente associado a um conjunto de equilíbrios externos e internos da economia de um país. A estabilidade dos preços (inflação), crescimento real estável do PIB e nível do emprego foram os aspectos historicamente dominantes na definição de estabilidade macroeconómica. Ao longo do tempo, surgem também como elementos decisivos, para a avaliar, o equilíbrio das finanças públicas, assim como as flutuações da balança de pagamentos, volatilidade das taxas de juro e das políticas cambiais.

Todavia, os elementos essenciais mantêm-se: crescimento e sustentabilidade económica. As políticas macroeconómicas proseguidas devem procurar promover taxas de crescimento contínuo do investimento, produção e do emprego, assegurar que a inflação não atinja níveis elevados, e que o crescimento é sustentável em termos de endividamento público e privado.

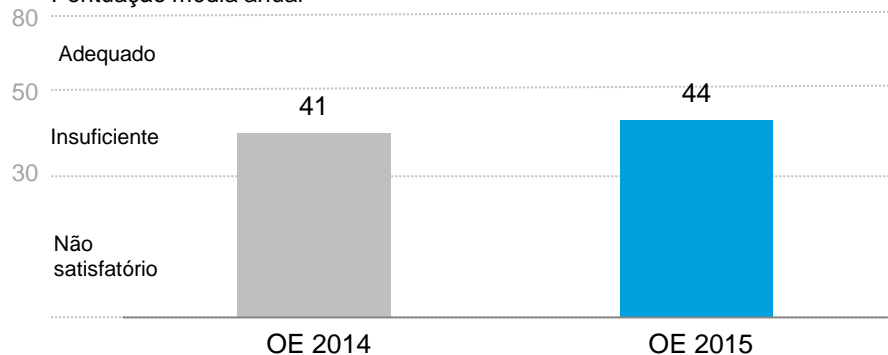


Dimensões em Análise (2/10)

Estabilidade, simplicidade e carga fiscal

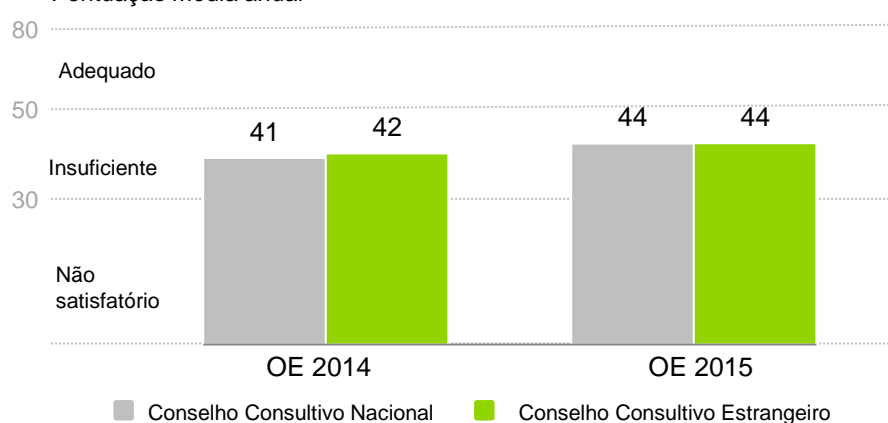
Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



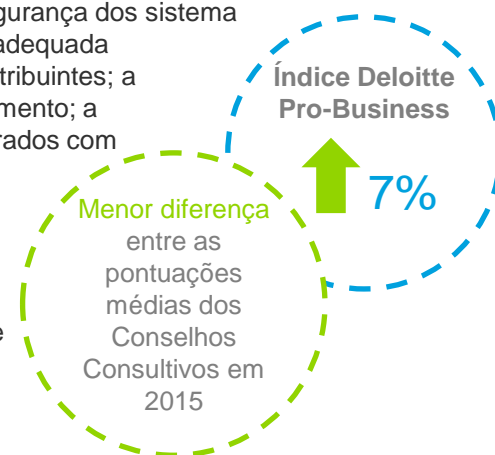
Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



Um Orçamento “pro business” passa necessariamente por um conjunto de medidas fiscais e parafiscais que, tendo presente a restrição orçamental (agravada pela rigidez da despesa pública corrente), se traduz no reforço da competitividade e eficiência do tecido empresarial, fomentando o empreendedorismo e a capacidade de investimento. Defendemos que o Orçamento não é o lugar para efectuar as grandes reformas fiscais, devendo, ao invés, conter um número limitado, mas relevante, de alterações em sede fiscal que permitam responder de forma eficaz às prioridades económicas do País, num contexto de objectivos de política macroeconómica claros e consensuais. De facto, sem ignorar a relevância da carga fiscal sobre a competitividade das empresas, em particular quando actuam no mercado de bens transaccionáveis, existe um conjunto de outros factores que se revelam da maior relevância em termos de apoio para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, de que destacamos: a estabilidade do sistema fiscal; a qualidade, pragmatismo e simplicidade da legislação fiscal; a certeza e segurança dos sistema fiscal, incluindo os tribunais, com adequada salvaguarda das garantias dos contribuintes; a minimização dos custos de cumprimento; a competitividade em termos comparados com outros sistemas fiscais.

Naturalmente, não é despidendo assegurar uma carga fiscal sem agravamento, que seja competitiva com a praticada nos países que conosco concorrem em termos de atracção de investimento directo estrangeiro.

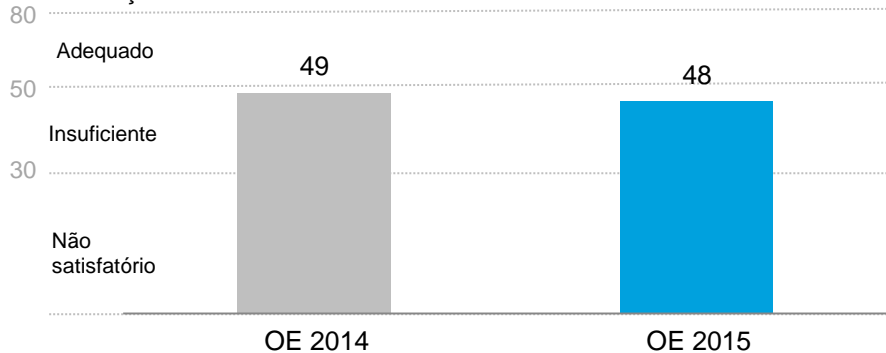


Dimensões em Análise (3/10)

Limites ao peso absoluto e relativo do Estado

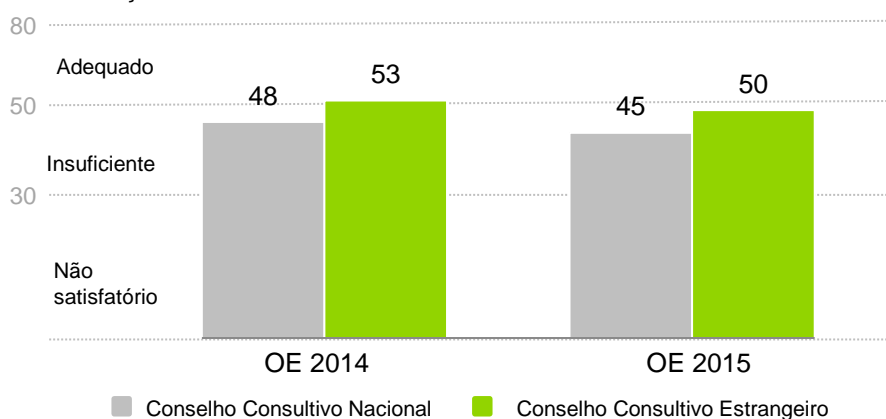
Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



O valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras devem ser suficientes para cobrir o valor actual das despesas de consumo e investimento público, assim como a dívida actual do Estado (líquida de activos). Neste contexto, a introdução de limites ao consumo e investimento público repercute-se numa diminuição do peso absoluto e relativo do Estado na economia e, conseqüentemente, numa diminuição do valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras. As restrições dos governos para o consumo e investimento público dependem da capacidade de lançar impostos, de colocação de dívida pública (captura de poupança privada interna e externa) e da criação de moeda (não aplicável a Portugal). O efeito dos défices públicos na economia é um dos assuntos mais controversos. Contudo, quer os modelos teóricos, quer os dados empíricos comprovam que um défice orçamental tende a manter/aumentar o consumo (menos impostos), mas a reduzir o investimento (menos poupança disponível) no curto prazo. O seu efeito final na economia depende, entre outros factores, da combinação entre corte de impostos e/ ou aumento de despesa. A médio e longo prazo, uma dívida pública elevada tende a reduzir o stock de capital da economia e a fazer crescer as taxas de juros reais da economia.

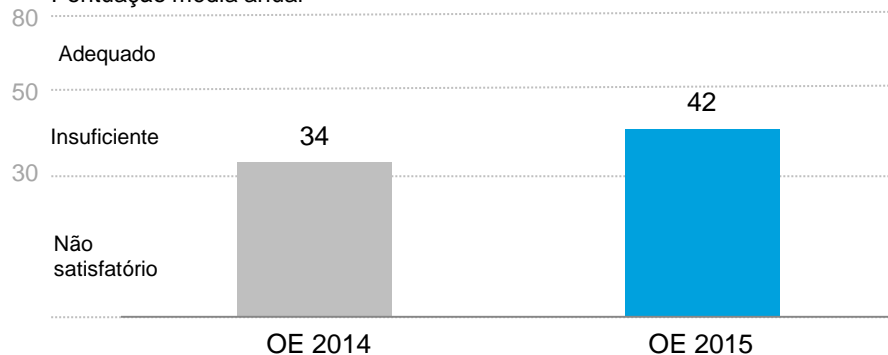


Dimensões em Análise (4/10)

Emprego duradouro

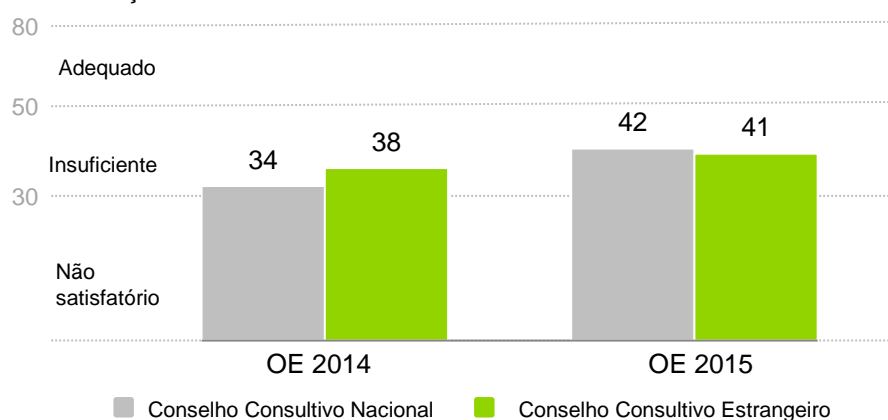
Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



Um dos objectivos das opções orçamentais é a adopção de políticas para geração de uma situação de pleno emprego. Para que este equilíbrio seja atingido são condições essenciais, para além de diversas políticas macroeconómicas e microeconómicas, (i) melhoria constante de qualificações profissionais, (ii) flexibilidade e mobilidade das pessoas e (iii) ajustamentos salariais positivos e negativos, indexados à produtividade e competitividade dos respectivos sectores.

São necessárias políticas e programas destinados a melhorar as referidas condições, para permitir emprego duradouro, crescimento e melhoria sustentável das bases salariais. Acresce a necessidade de maior dedicação de recursos públicos dirigidos à identificação das necessidades dos empregadores.

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em actividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correcta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

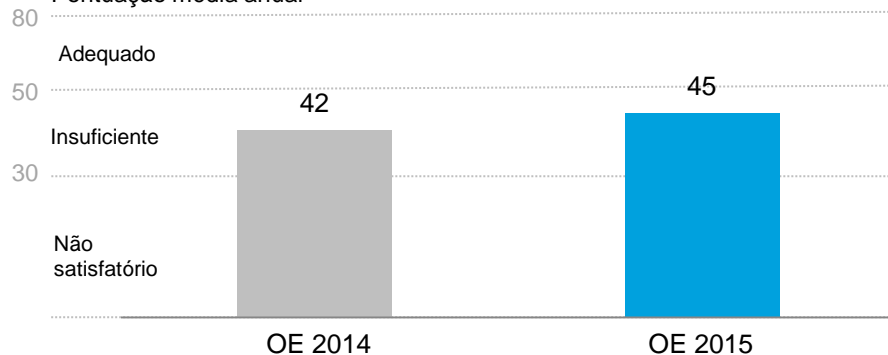


Dimensões em Análise (5/10)

Alinhamento de prioridades públicas e cadeias de valor empresariais

Índice Deloitte Pro-Business

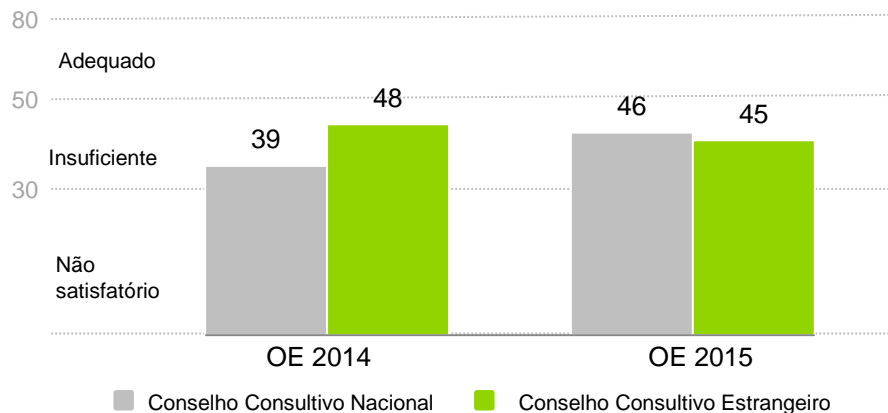
Pontuação média anual



O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em actividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correcta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual

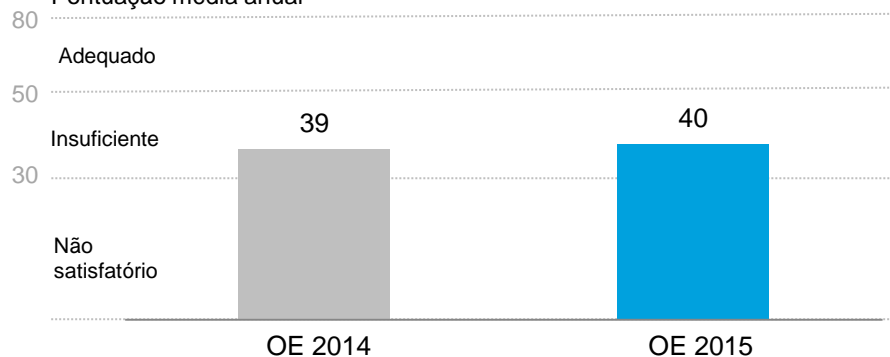


Dimensões em Análise (6/10)

Compromisso com reformas institucionais para o crescimento

Índice Deloitte Pro-Business

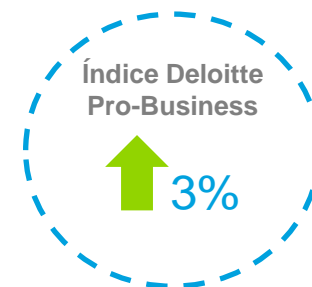
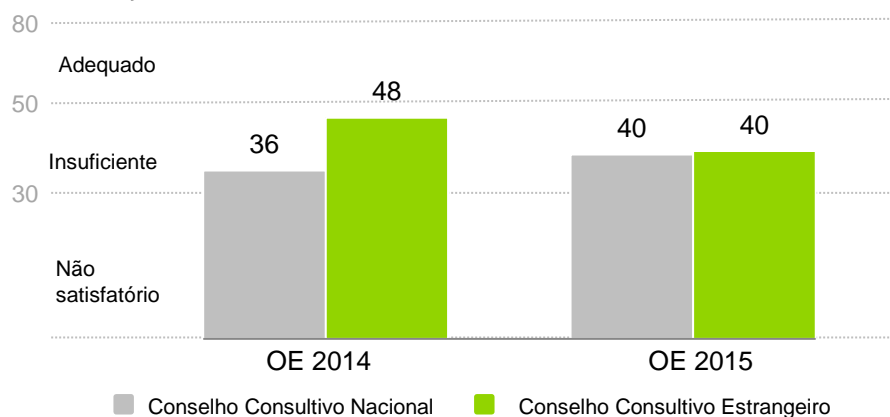
Pontuação média anual



A competitividade de um país depende constantemente das reformas institucionais que se vão realizando para estímulo do crescimento económico e da produtividade. Importa assim analisar as opções seguidas quanto a diversos factores de competitividade (tais como sucesso escolar, investimento em tecnologias, preços energéticos, despesas com I&D, legislação laboral, flexibilidade laboral e mercado exportador), assim como modelos de incentivos para reestruturações empresariais, dinamismo tecnológico e redução geral e específica de custos de contexto. Interessam também todas as medidas que eliminem/ diminuam as burocracias que afectam a produtividade das empresas.

Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual

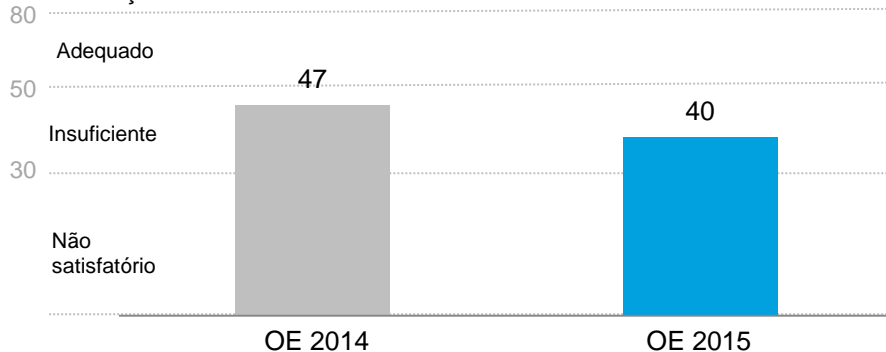


Dimensões em Análise (7/10)

Estímulo à poupança das famílias e empresas

Índice Deloitte Pro-Business

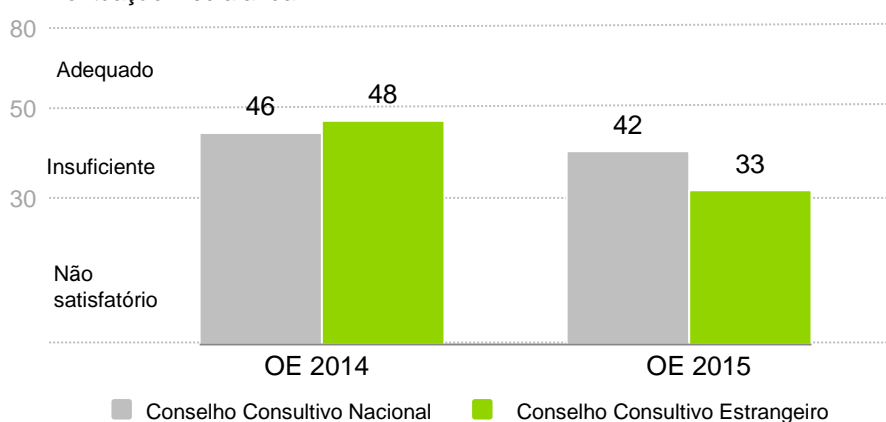
Pontuação média anual



As políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a excessiva acumulação de dívida pública e privada (empresas e particulares). Nesta medida, o estímulo à criação, manutenção e retenção de poupança das famílias e empresas (lucros) é determinante para a sustentabilidade da nossa economia e a independência relativa ao endividamento externo. Apenas com índices mais elevados de poupança das famílias, empresas e Estado é possível termos maior capacidade de financiar potenciais políticas macroeconómicas contra cíclicas e a sustentabilidade global da nossa economia.

Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual

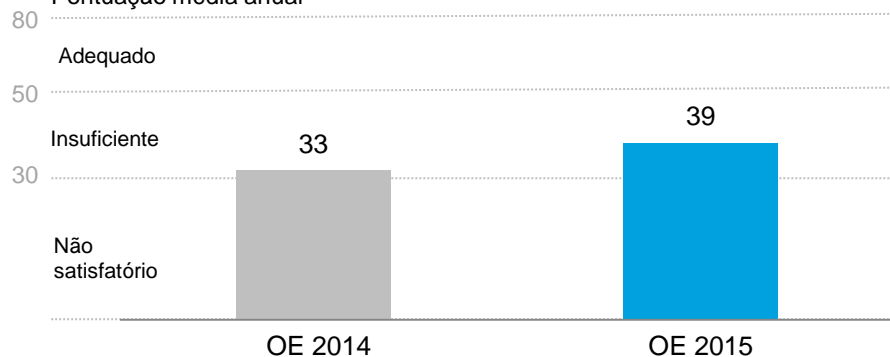


Dimensões em Análise (8/10)

Informação sobre complementaridade estratégica pública e privada

Índice Deloitte Pro-Business

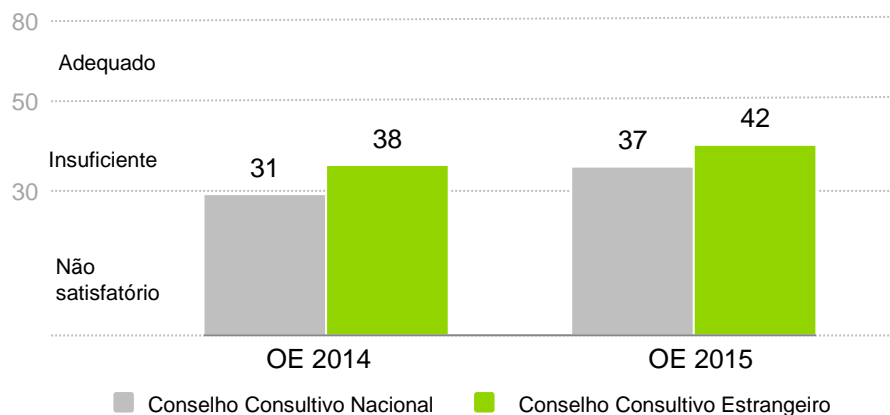
Pontuação média anual



O desenvolvimento económico de um país exige complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas e os agentes de mercado. Todavia, devem ser explicitados os potenciais efeitos negativos destas políticas, em face de uma potencial captura de recursos públicos por alguns agentes privados, em detrimento do retorno social esperado dos investimentos públicos/privados.

Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual

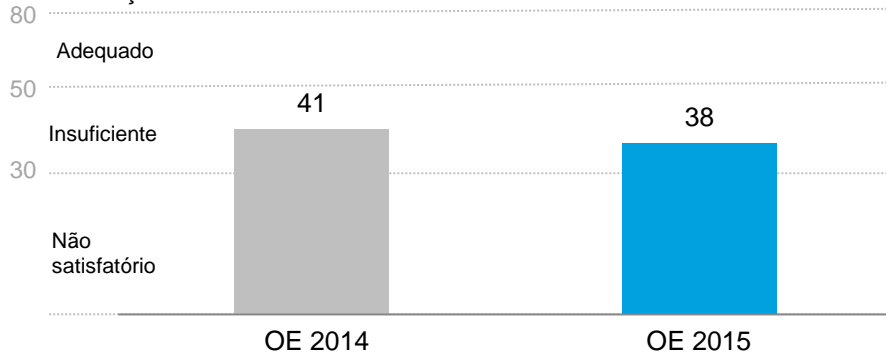


Dimensões em Análise (9/10)

Políticas para crescimento da flexibilidade produtiva

Índice Deloitte Pro-Business

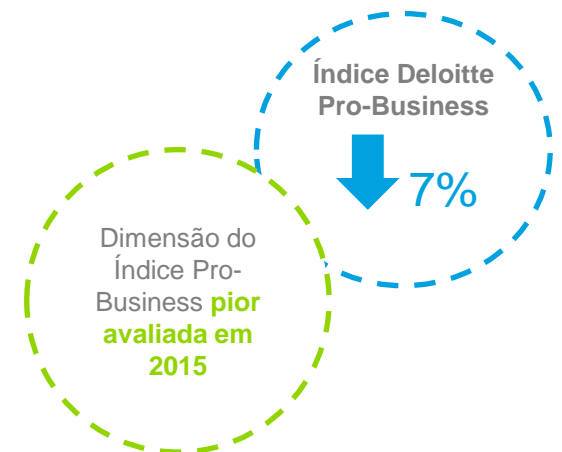
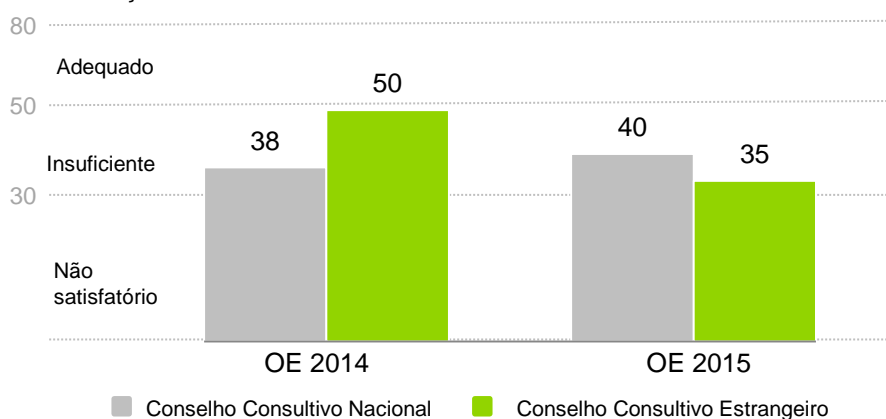
Pontuação média anual



O crescimento económico depende, para além de outros factores institucionais e culturais, em larga medida do nível de capital disponível, trabalho e tecnologia / know-how de uma economia. Neste contexto, importa que sejam implementadas medidas que (i) visem promover a mobilidade de capital entre diversos sectores e empresas, assim como (ii) mobilidade e flexibilidade a nível de recursos humanos entre sectores e empresas para acomodar movimentos conjunturais e estruturais e (iii) medidas com vista ao desenvolvimento tecnológico e criação de know-how.

Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual

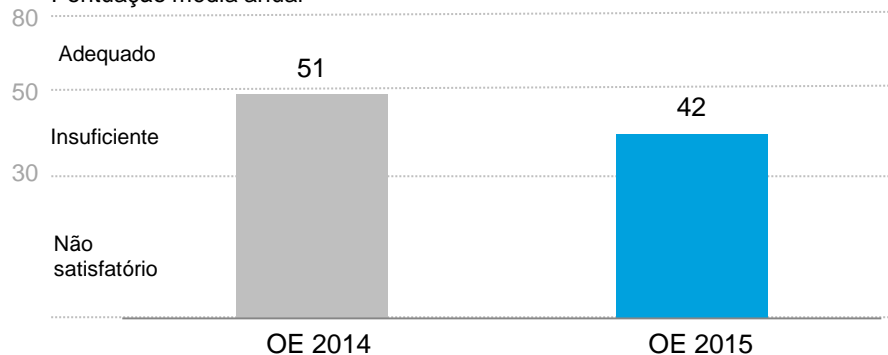


Dimensões em Análise (10/10)

Promoção activa de regimes concorrenciais

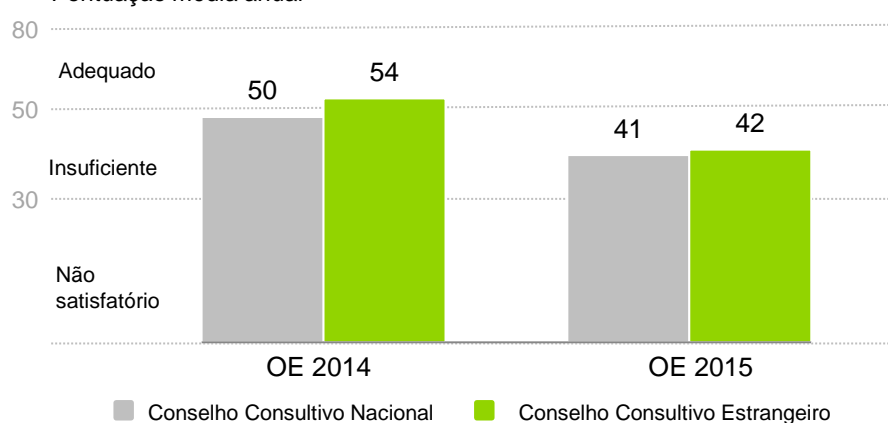
Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



A eficiente distribuição de recursos numa economia para geração de equilíbrios eficientes faz-se através da aproximação a regimes concorrenciais intensos, a par de restrições que previnam ou reduzam as externalidades negativas dos investimentos privados e alarguem as externalidades positivas. Neste contexto, pretende-se avaliar as políticas de acesso a mercados, privatizações, reforço de independência económica e política dos reguladores, e eliminação de restrições ao exercício de actividades.

Paralelamente, deve também ser avaliado o equilíbrio de políticas de regulação de interesses públicos de diversa natureza (consumidores, ambientalistas, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas, assim como as políticas propostas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para a iniciativa privada em regimes mais concorrenciais.



Considerações Finais



Considerações finais

Na perspectiva empresarial, ...

... as políticas de promoção da flexibilidade produtiva têm de ser substancialmente melhoradas.

... as medidas conducentes à estabilidade macroeconómica registam, em 2015, uma variação significativa relativamente ao ano anterior.

... os limites ao peso do absoluto e relativo do Estado sofreram um ligeiro decréscimo de avaliação.

... as medidas relacionadas com emprego duradouro e estabilidade macroeconómica apresentaram uma evolução muito positiva, face aos resultados do Budget Watch 2014.

... com excepção das medidas de promoção do ambiente empresarial, crescimento da flexibilidade produtiva e a estímulos à poupança, os empresários de empresas de capital maioritariamente estrangeiro a operar em Portugal avaliaram melhor o OE 2015, em geral, nas suas diferentes dimensões em análise.



Anexo 1

Nota Técnica



Anexo 1

Nota Técnica

O Índice Deloitte Pro-Business realizado em parceria com ISEG, o jornal Expresso e o jornal Público tem como principais objectivos avaliar:

- a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico; e
- os princípios orçamentais promotores de crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

Os questionários foram enviados ao Conselho Consultivo Empresarial em 29 de Outubro, acompanhados de um conjunto de notas indexadas ao Relatório do OE, Proposta de Lei e Mapas Anexos, tendo-se obtido 12 respostas (13 respostas em 2014, 16 respostas em 2013, 9 respostas em 2012, 9 respostas em 2011, e 13 respostas em 2010) que foram objecto de tratamento estatístico.

Os membros do Conselho Consultivo, que se identificaram e participaram no inquérito foram:

Empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente nacional: Peter Villax, Francisco Pinto Balsemão, João Martins Serrenho, Ricardo Redondo, João Vieira de Almeida e Manuel Tarré;
Empresas de capital maioritariamente estrangeiro a operar em Portugal : Violeta Ciurel, António Castro Henriques, António Vieira Monteiro, Luís Mira Amaral e Mário Jorge Vaz.

Em caso de dúvida, prestação de alguma informação ou algum esclarecimento adicional, por favor contactar:

Jorge Sousa Marrão
Partner
Tel.: +(351) 210 422 503
jmarrao@deloitte.pt

Carlos Loureiro
Partner
Tel.: +(351) 210 427 515
caloureiro@deloitte.pt





“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e suas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/view/pt_PT/pt/quem-somos/index.htm

A Deloitte presta serviços de auditoria, consultoria fiscal, consultoria de negócios e de gestão e corporate finance a clientes nos mais diversos sectores de actividade. Com uma rede globalmente ligada de firmas membro em mais de 150 países e territórios, a Deloitte combina competências de elevado nível com oferta de serviços qualificados conferindo aos clientes o conhecimento que lhes permite abordar os desafios mais complexos dos seus negócios. Os mais de 200.000 profissionais da Deloitte empenham-se continuamente para serem o padrão de excelência.

Esta comunicação apenas contém informação de carácter geral, pelo que não constitui aconselhamento ou prestação de serviços profissionais pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited, pelas suas firmas membro ou pelas suas entidades relacionadas (a “Rede Deloitte”). Nenhuma entidade da Rede Deloitte é responsável por quaisquer danos ou perdas sofridos pelos resultados que advenham da tomada de decisões baseada nesta comunicação.